

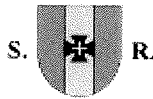


REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
Secretaria Regional das Finanças
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, IP-RAM

Caderno de Encargos

2025-AQUI-EQUIP-0001

**Aluguer operacional de cinco (5) equipamentos multifunções e serviços de
impressão e cópia – 2025-2028**



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
Secretaria Regional das Finanças
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, IP-RAM
SECÇÃO I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual de Concurso Público, que tem por objeto principal o aluguer operacional de cinco (5) equipamentos multifunções e serviços de impressão e cópia – 2025-2028, de acordo com as disposições constantes na secção II – Cláusulas Técnicas e Funcionais do presente Caderno de Encargos.

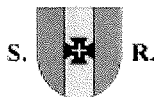
Cláusula 2.ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos e integrará ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos e anexos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo cocontratante.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pelo Contraente Público nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo cocontratante nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 1 da presente cláusula.
4. Além dos documentos indicados no n.º 1, o cocontratante obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.

IDR-2.2.1-4/22

Handwritten signature



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
Secretaria Regional das Finanças
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, IP-RAM

5. Persistindo dúvidas, aplicar-se-á o Código dos Contratos Públicos e demais legislação portuguesa aplicável.

Cláusula 3.^a

Prazo(s)

1. O contrato objeto do procedimento terá início no dia 27 de junho de 2025 (mas nunca antes da publicitação do contrato no Portal dos Contratos Públicos) e cessará decorridos 36 meses, ou atingindo o número de 900 000 cópias, consoante o que ocorra em primeiro lugar (sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato).

Cláusula 4.^a

Local de execução

A execução contratual decorrerá na Região Autónoma da Madeira.

Cláusula 5.^a

Preço base e preço contratual

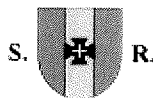
1. O preço máximo que o Contraente Público se dispõe a pagar pelo presente contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos é de **€ 36.519,30 (trinta e seis mil, quinhentos e dezanove euros e trinta cêntimos)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, distribuído do seguinte modo:
- a) Aluguer operacional de cinco (5) equipamentos multifunções (30232110-8): €6.318,40, acrescido do IVA à taxa legal em vigor;
 - b) Serviços de impressão e cópia (79810000-5): €30.200,90, acrescido do IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço previsto no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Contraente Público no presente Caderno de Encargos, incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. O preço contratual inclui todos os encargos relativos a seguros obrigatórios diretamente relacionados com o objeto do contrato.

Cláusula 6.^a

Condições de pagamento e faturação

1. A(s) quantia(s) devida(s) pelo IDR, IP-RAM, nos termos da cláusula anterior, deve(em)ser paga(s) no prazo de 30 dias após a receção e validação das respetivas





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
Secretaria Regional das Finanças
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, IP-RAM

faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2. A(s) referida(s) quantia(s), será(ão) paga(s) em prestações mensais.
3. Em caso de discordância por parte IDR, IP-RAM quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o Cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária ou cheque à escolha do cocontratante, devendo o cocontratante disponibilizar toda a informação para tal necessária de transferência bancária.
5. Não são admitidos adiantamentos por conta do aluguer ou dos serviços a efetuar.
6. Sem embargo do referido nos números anteriores, a entidade adjudicante só pagará o que for efetivamente prestado pelo cocontratante, nos termos e condições definidos no presente caderno de encargos.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Cláusula 7.ª

Obrigações gerais do cocontratante

1. Nos termos do contrato a celebrar, o cocontratante obriga-se, durante o período da sua execução, à realização de todas as operações necessárias ao integral cumprimento do objeto do contrato.
2. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais:
 - a) Alugar os equipamentos e prestar os serviços em perfeitas condições e para os fins a que se destinam, dentro dos prazos definidos no presente Caderno de Encargos e conforme as condições aí estipuladas, bem como nos demais documentos contratuais;
 - b) Assegurar o cumprimento dos requisitos técnicos, funcionais, ambientais e níveis de serviço, tal como previstos no presente Caderno de Encargos e na legislação aplicável;
 - c) Garantir o aluguer e os serviços prestados, de acordo com as condições definidas no presente Caderno de Encargos e demais documentos contratuais e disposições legais em vigor;

IDR-2.2.1-4/22

Handwritten signature or mark.



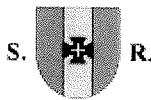
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
Secretaria Regional das Finanças
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, IP-RAM

- d) Recorrer a todos os meios humanos, materiais, técnicos e criativos que sejam necessários à execução do contrato;
 - e) Comunicar ao Contraente Público, logo que tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o aluguer ou a prestação dos serviços objeto do contrato, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado;
 - f) Não alterar as condições do aluguer ou da prestação dos serviços fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos;
 - g) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são alugados os equipamentos e prestados os serviços, bem como conceder todos os esclarecimentos solicitados pelo Contraente Público;
 - h) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do Contrato relacionado com a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica, a sua situação comercial e outras, com relevância para o fornecimento;
 - i) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, patentes, registos e licenças necessários ao pontual cumprimento das obrigações assumidas;
 - j) Cooperar com o Contraente Público, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:
 - i. Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo cocontratante em representação do Contraente Público;
 - ii. Quando o Contraente Público deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.
3. O cocontratante fica sujeito, com as devidas adaptações, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, bem como toda a legislação e regulamentação portuguesa aplicável.

Cláusula 8.ª

Vínculo laboral dos trabalhadores afetos à execução do contrato

1. Nos termos do disposto no artigo 419.º-A do CCP, aplicável por força do artigo 451.º n.º 2 do CCP, o cocontratante obriga-se a colocar a executar o contrato trabalhadores em regime de contrato de trabalho sem termo ou em regime de contrato de trabalho a termo.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
Secretaria Regional das Finanças
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, IP-RAM

2. Os trabalhadores afetos à prestação de serviços cujo prazo seja superior a um ano prestam a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo.
3. Os trabalhadores afetos a prestação de serviços que seja igual ou inferior a um ano podem prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho a termo, desde que por período de tempo não inferior ao prazo da prestação de serviços.
4. O disposto no n.º 1 não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros.

Cláusula 9.ª

Dever de sigilo

1. O cocontratante obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Contraente Público, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos.
2. O cocontratante obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
4. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
5. O cocontratante obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que o Contraente Público lhe indique para esse efeito.
6. O dever de sigilo mantém-se em vigor indefinidamente, até autorização expressa do contraente público, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
7. O cocontratante não pode utilizar o logotipo ou qualquer outro sinal distintivo do Contraente Público sem o consentimento prévio deste.

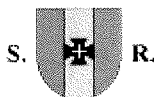
Cláusula 10.ª

Obrigações do Contraente Público

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, o Contraente

IDR-2.2.1-4/22

Handwritten signature



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
Secretaria Regional das Finanças

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, IP-RAM

Público obriga-se a fiscalizar a execução do objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, a diligência e o zelo.

2. Constituem ainda obrigações do Contraente Público:

- a) Nomear um responsável pela gestão do contrato para efeitos de comunicações com o cocontratante, e comunicar quaisquer alterações dessa nomeação;
- b) Monitorizar e supervisionar a aplicação das condições e termos contratuais;
- c) Monitorizar a qualidade dos serviços prestados;
- d) Comunicar, em tempo útil, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do contrato;
- e) Efetuar o pagamento contratualmente devido dentro dos prazos fixados.

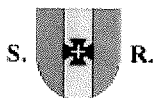
Cláusula 11.ª

Tratamento e Proteção de Dados Pessoais

1. As partes comprometem-se a assegurar o integral cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados – RGPD), da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a sua execução na ordem jurídica nacional, bem como de toda a legislação nacional e europeia aplicável em matéria de proteção de dados pessoais, durante a vigência do contrato e após a sua cessação.
2. Para efeitos da presente cláusula, consideram-se dados pessoais, designadamente: nome, morada, contactos telefónicos e eletrónicos, data de nascimento, género, filiação, estado civil, naturalidade, nacionalidade, composição do agregado familiar, identificação civil, número de identificação fiscal, autorização de residência, número de passaporte, currículo profissional, profissão, habilitações académicas, formação profissional e dados biométricos.
3. O Contraente Público é a entidade responsável pelo tratamento dos dados pessoais tratados no âmbito da execução do contrato.
4. O cocontratante atuará na qualidade de subcontratante, nos termos do artigo 28.º do RGPD, comprometendo-se a proceder ao tratamento dos dados exclusivamente de acordo com as instruções do Contraente Público e em conformidade com o RGPD e legislação aplicável.
5. O cocontratante obriga-se a:
 - a) Tratar os dados pessoais única e exclusivamente para os fins decorrentes da execução do presente contrato;
 - b) Manter os dados estritamente confidenciais, garantindo que todos os seus trabalhadores, representantes, prestadores de serviços ou subcontratados

IDR-2.2.1-4/22





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
Secretaria Regional das Finanças
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, IP-RAM

com acesso aos dados estão vinculados a deveres legais ou contratuais de confidencialidade;

- c) Implementar medidas técnicas e organizativas adequadas, nos termos do artigo 32.º do RGPD, para proteger os dados contra destruição, perda, alteração, divulgação ou acesso não autorizados;
- d) Garantir que qualquer pessoa autorizada a tratar dados pessoais tenha assumido um compromisso de confidencialidade;
- e) Abster-se de copiar, reproduzir, transmitir ou utilizar os dados pessoais para fins alheios à execução do contrato, salvo obrigação legal ou autorização expressa do Contraente Público;
- f) Colaborar com o Contraente Público para assegurar o exercício dos direitos dos titulares de dados, nos termos dos artigos 15.º a 22.º do RGPD;
- g) Comunicar de imediato ao Contraente Público qualquer violação, suspeita ou incidente relacionado com dados pessoais, colaborando na sua resolução e na eventual comunicação à Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD);
- h) Declarar, sob compromisso de honra, que dispõe de meios técnicos, humanos e organizativos adequados ao cumprimento da legislação aplicável em matéria de proteção de dados.

6. O Contraente Público compromete-se a:

- a) Tratar os dados pessoais recolhidos no âmbito da execução do contrato em conformidade com a legislação aplicável e exclusivamente para as finalidades previstas contratualmente;
- b) Informar os titulares dos dados sobre os seus direitos e as finalidades do tratamento;
- c) Conservar os dados apenas durante o período estritamente necessário ao cumprimento das obrigações legais e contratuais;
- d) Comunicar ou transferir dados pessoais a terceiros apenas quando tal decorra de obrigação legal ou autorização expressa.

7. O cocontratante será responsável por quaisquer prejuízos causados ao Contraente Público ou a terceiros decorrentes do incumprimento das obrigações previstas na presente cláusula, no RGPD ou na legislação complementar, incluindo os resultantes de atos ou omissões dos seus trabalhadores, representantes, prestadores de serviços ou subcontratados.

8. As partes comprometem-se a cooperar mutuamente em quaisquer auditorias, fiscalizações ou investigações levadas a cabo por autoridades competentes em matéria de proteção de dados pessoais.

IDR-2.2.1.-4/22





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
Secretaria Regional das Finanças

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, IP-RAM

9. Em caso de violação de dados pessoais, ambas as partes devem proceder às comunicações legalmente exigidas, designadamente ao Encarregado de Proteção de Dados e à Comissão Nacional de Proteção de Dados, nos termos dos artigos 33.º e 34.º do RGPD.

10. As partes comprometem-se, de forma conjunta, a:

- a) Assegurar o cumprimento integral da legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais durante a vigência do contrato e após a sua cessação;
- b) Implementar e manter medidas técnicas e organizativas adequadas que garantam a segurança, integridade, confidencialidade e disponibilidade dos dados pessoais tratados;
- c) Cooperar plenamente entre si em caso de auditorias, fiscalizações ou investigações promovidas por autoridades de controlo, nomeadamente a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD);
- d) Proceder, de forma célere e eficaz, à comunicação de qualquer violação de dados pessoais, conforme previsto nos artigos 33.º e 34.º do RGPD, assegurando a articulação necessária para uma resposta coordenada;
- e) Colaborar mutuamente no cumprimento das obrigações relativas ao exercício dos direitos dos titulares dos dados, sempre que aplicável.

CAPÍTULO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 12.ª

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

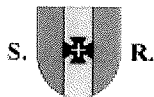
1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo(s) gestor(es) do contrato designado(s) pelo Contraente Público.
2. Caso o(s) gestor(es) do contrato detete(m) desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, pode(m) determinar ao cocontratante que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.

Cláusula 13.ª

Gestor do Contrato

1. Nos termos do artigo 290.º-A do CCP, é designada como gestora do contrato a Dra. Daniela Nunes (Unidade de Gestão Administrativa e Financeira), e, nas suas ausências ou impedimentos a Dra. Sónia Dias (Unidade de Gestão Administrativa e Financeira).
2. Sempre que seja necessário proceder à alteração do gestor do contrato, o contraente público pode proceder à respetiva alteração através de ato

Handwritten signature



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
Secretaria Regional das Finanças
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, IP-RAM
administrativo, que comunicará à adjudicatária.

Cláusula 14.^a

Cessão da posição contratual do cocontratante

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 318.º do CCP, o cocontratante pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização do Contraente Público.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o cocontratante deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do CCP.
3. O Contraente Público deve pronunciar-se sobre a proposta do cocontratante no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. Em caso de incumprimento pelo cocontratante que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, este cederá a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual que antecedeu a celebração do contrato que venha a ser indicado pelo Contraente Público, de acordo com o estabelecido no artigo 318.º-A do CCP.
5. A cessão da posição contratual a que se refere o número anterior opera por mero efeito do ato do Contraente Público, sendo eficaz a partir da data por este indicada.

CAPÍTULO IV VICISSITUDES CONTRATUAIS

Cláusula 15.^a

Sanções contratuais

1. Pelo incumprimento ou cumprimento defeituoso do Contrato, e por causa imputável ao cocontratante, poderão ser aplicadas, sem prejuízo de maior indemnização a haver, as sanções contratuais nos seguintes casos:
 - a) Em caso de atraso no aluguer ou na prestação do serviço objeto do presente procedimento, o contraente público, notificará o cocontratante para, no prazo máximo de cinco dias regularizar a situação;
 - b) Decorrido o prazo indicado na alínea anterior sem que o aluguer ou a prestação do serviço, nos termos contratados tenha sido realizada, o contraente público poderá aplicar ao cocontratante, por cada múltiplo de cinco dias, uma multa correspondente a 0,1% do preço contratual;

IDR-2.2.1-4/22

47



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
Secretaria Regional das Finanças

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, IP-RAM

- c) Em caso de não realização, o contraente público poderá, numa situação de necessidade, recorrer aos meios que julgar mais adequados para suprir a falta, ficando o excesso das despesas a cargo do adjudicatário faltoso, sendo ainda aplicada a penalidade de 5% do valor do aluguer ou do serviço, a creditar a favor da entidade adjudicante;
 - d) Os prazos para efeitos destas penalidades serão contados até integral cumprimento das requisições ou até à rescisão do contrato;
 - e) Todos os danos colaterais que comprovadamente sejam imputados ao adjudicatário, ser-lhe-ão debitados pela entidade adjudicante pelo valor da respetiva prestação;
 - f) Se a entidade adjudicante verificar que o aluguer ou o serviço não deve ser aceite por razões de qualidade diferente do acordado ou nos casos de cumprimento defeituoso do aluguer ou dos serviços que constituem o objeto do contrato, dará de imediato conhecimento desse facto ao adjudicatário, fixando-lhe um prazo de 10 dias para a sua correção, suspendendo-se a realização do aluguer ou dos serviços até que se cumpra com o solicitado.
- 2. O valor acumulado das sanções contratuais a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 20% do preço contratual. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e o Contraente Público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
 - 3. Em caso de resolução do contrato, por incumprimento do cocontratante, o Contraente Público pode exigir-lhe uma sanção contratual de até aos limites indicados no número anterior.
 - 4. Ao valor da sanção contratual previsto no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo cocontratante ao abrigo do n.º 1, relativamente ao aluguer ou aos serviços objeto do contrato cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
 - 5. O Contraente Público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula.
 - 6. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Contraente Público exija uma indemnização nos termos gerais, nomeadamente pelos prejuízos decorrentes da adoção de novo procedimento de formação do contrato ou danos excedentes.

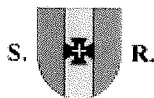
Cláusula 16.º

Resolução do contrato pelo Contraente Público

- 1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Contraente

IDR-2.2.1-4/22

Handwritten signature



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
Secretaria Regional das Finanças
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, IP-RAM

Público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente no caso de atraso na execução.

2. Nos casos de incumprimento definitivo do contrato, poderá haver lugar a resolução do mesmo nos termos gerais de direito, considerando-se, para tal efeito, que há incumprimento definitivo, designadamente, nas seguintes situações:
 - a) Atrasos na conclusão dos trabalhos por prazo superior a 15 dias contados do fim do prazo para execução dos trabalhos;
 - b) Não concordância dos trabalhos com as especificações técnicas e jurídicas, sem que o adjudicatário proceda às correções necessárias para pôr fim a essa situação no prazo de 15 dias, contados do fim do prazo para execução dos trabalhos;
 - c) Cessão da posição contratual sem autorização prévia do adjudicante;
 - d) Quebra grave do sigilo ou de isenção que torne insustentável a manutenção da relação contratual.
3. O contrato pode também ser resolvido pelo Contraente Público caso se verifique alguma das seguintes situações, as quais são desde já entendidas como situações de incumprimento grave e culposo por parte do cocontratante:
 - a) Quando se verificar reiterada inobservância das disposições do contrato ou má-fé do cocontratante;
 - b) Prestação de falsas declarações;
 - c) Estado de falência ou insolvência;
 - d) Cessação da atividade;
 - e) Condenação, por sentença transitada em julgado, por infração que afete a idoneidade profissional do cocontratante e desde que não tenha ocorrido reabilitação judicial.
4. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao cocontratante.

Cláusula 17.ª

Casos de Força Maior

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:

IDR-2.2.1-4/22





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
Secretaria Regional das Finanças

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, IP-RAM

- a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato;
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:
- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do cocontratante, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo cocontratante de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo cocontratante das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (trinta) dias, autoriza o Contraente Público a resolver o contrato ao abrigo do n.º 1 do artigo 335.º do CCP, não tendo o cocontratante direito a qualquer indemnização.

Cláusula 18.ª

Resolução do Contrato por parte do cocontratante

1. O cocontratante pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial.

IDR-2.2.1-4/22



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
Secretaria Regional das Finanças
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, IP-RAM

3. Nos casos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 332.º do CCP, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao contraente público, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o contraente público cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 19.ª

Deveres de Informação

Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações, de acordo com a boa-fé.

Cláusula 20.ª

Direitos de propriedade intelectual

1. Correm integralmente por conta do cocontratante os encargos ou a responsabilidade civil decorrentes da incorporação em qualquer dos serviços objeto do contrato, ou da utilização nesses mesmos serviços, de materiais, de hardware, de software ou de outros que respeitem a quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos.
2. Se o Contraente Público vier a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato ou na posterior utilização dos serviços objeto do mesmo, qualquer dos direitos referidos no número anterior, terá direito de regresso contra o cocontratante por quaisquer quantias pagas, seja a que título for.
3. São da responsabilidade do cocontratante quaisquer encargos decorrentes da utilização, na execução do contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
4. Os encargos e a responsabilidade civil perante terceiros decorrentes dos factos mencionados nos n.ºs 1 e 2 não correm por conta do cocontratante se este demonstrar que os mesmos são imputáveis ao Contraente Público ou a terceiros que não sejam seus subcontratados.

Cláusula 21.ª

Comunicações e notificações

1. Quaisquer comunicações ou notificações entre o Contraente Público e o cocontratante relativos ao contrato, seguem o regime previsto no artigo 469.º do

IDR-2.2.1-4/22

Handwritten signature



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
Secretaria Regional das Finanças

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, IP-RAM

CCP, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2. As comunicações e as notificações dirigidas ao Contraente Público, efetuadas através de qualquer meio admissível, têm de ser efetuadas até às 17h00 do dia a que digam respeito, sob pena de se considerarem efetuadas às 10h00 do dia útil imediatamente seguinte.

Cláusula 22.^a

Contagem dos prazos na fase de execução do contrato

À contagem de prazos na fase de execução do contrato, e salvo disposição expressa em contrário, são aplicáveis as seguintes regras:

- a) Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;
- b) O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 (vinte e quatro) horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, se no último mês não existir dia correspondente, o prazo finda no último dia desse mês;
- c) O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço, perante o qual deva ser praticado o ato, não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.

Cláusula 23.^a

Foro competente

A resolução de todos os litígios decorrentes do contrato é da competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal.

Cláusula 24.^a

Legislação aplicável

1. O contrato é regulado pela legislação portuguesa.
2. Sem prejuízo de outras leis e regulamentos especialmente aplicáveis, a tudo o que não esteja expressamente previsto ou regulado no presente Caderno de Encargos e nas demais regulamentações do procedimento pré-contratual e do contrato aplica-se o regime previsto no CCP, na sua atual redação e demais legislação aplicável.





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
Secretaria Regional das Finanças
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, IP-RAM
SECÇÃO II – CLÁUSULAS TÉCNICAS E FUNCIONAIS

Cláusula 25.^a

Aluguer de equipamentos e serviços a prestar

O cocontratante obriga-se a alugar cinco (5) equipamentos multifunções e prestar serviços de impressão e cópia ao Contraente Público com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nesta secção.

Especificações técnicas dos equipamentos	
Dimensão máxima dos equipamentos (LxP) com tampas e gavetas fechadas	700x900 mm
Quantidade de equipamentos	5
Características gerais	
Tipo de Equipamento	Multifunções A3
Método de Impressão	Laser a cores
Funções	Impressão, cópia e digitalização
Placa de rede	1000BaseT
Disco Rígido	>= 256 GB
Memória RAM	>= 2 GB
Impressão	
Velocidade de Impressão (preto e branco/ a cores)	>=45 ppm (A4)
Impressão frente e verso	Automático (Standard)
Resolução	>=1200x1200 dpi
Cópia	
Velocidade de cópia (preto e branco/ a cores)	>=45 ppm (A4)
Resolução	600x600 dpi
Número máximo de cópias	Até 999 cópias
Tempo de Saída de primeira cópia (preto e branco/ a cores; A4)	<=7 segundos
Ignorar páginas em branco	Sim
Digitalização	
Velocidade de digitalização frente e verso (preto e branco/ a cores)	>= 55 ipm
Resolução	600x600 dpi
Formato de Saída	PDF, TIFF e JPEG
Alimentador Automático de originais frente e verso de uma só passagem	200 folhas
Destino digitalização	E-mail (SMTP)/FTP/SMB
Ignorar páginas em branco	Sim
Alimentação, suporte e saída de papel	
Standard	>=500 folhas
Capacidade de fornecimento de papel	>=2 cassetes de 550 folhas
Tabuleiro Multifunções	>= 100 folhas
Capacidade de saída	>= 250 folhas
Gramagem de papel suportado	<=60 a >=200g/m2
Configuração	
Suporte com rodízios	Sim